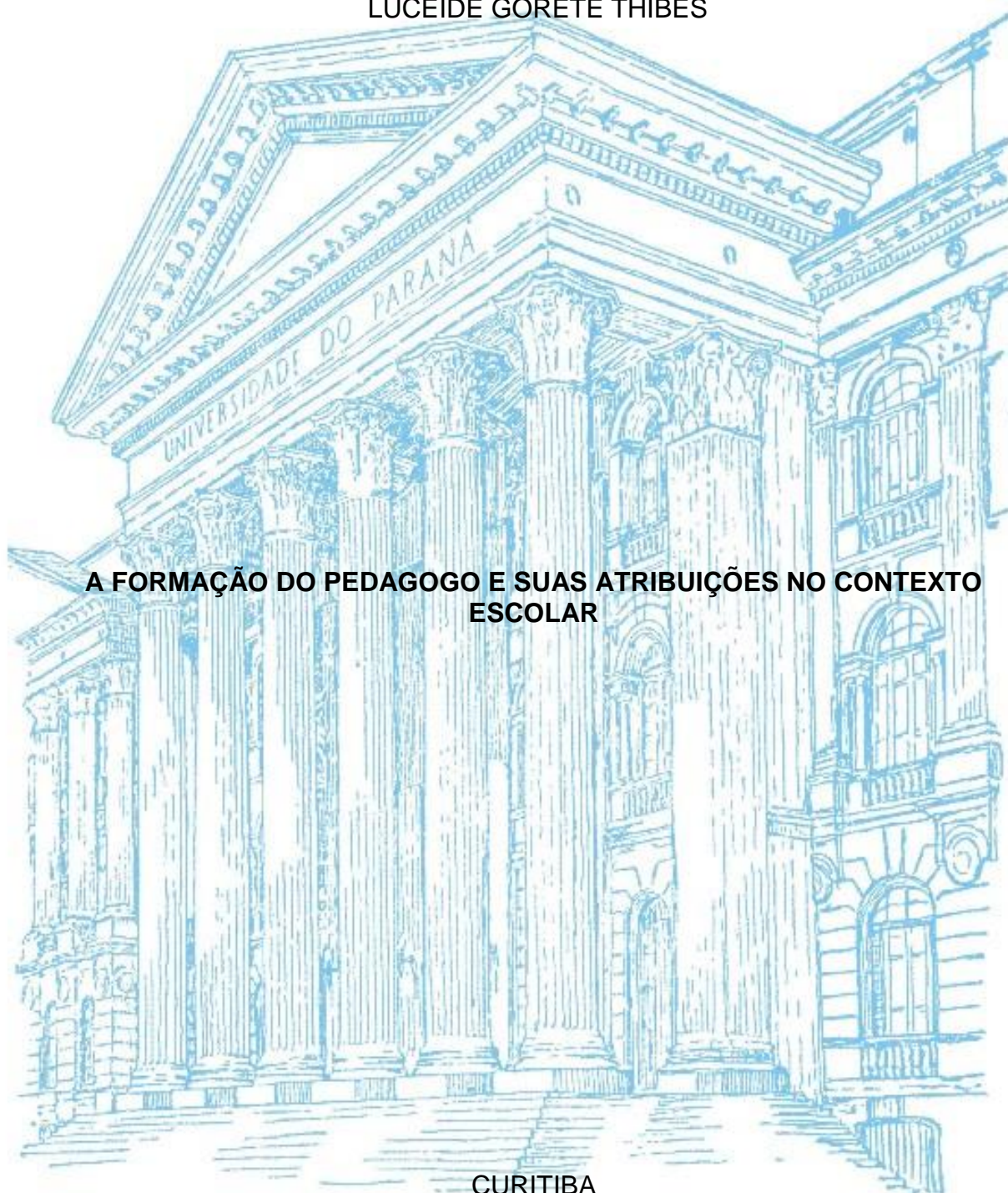


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

LUCEIDE GORETE THIBES



**A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E SUAS ATRIBUIÇÕES NO CONTEXTO
ESCOLAR**

CURITIBA

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EEDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

LUCEIDE GORETE THIBES

**A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E SUAS ATRIBUIÇÕES NO CONTEXTO
ESCOLAR**

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Dalessandro de Oliveira Pinheiro

CURITIBA

2016

A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E SUAS ATRIBUIÇÕES NO CONTEXTO ESCOLAR

THIBES, Luceide Gorete

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade esclarecer a função prevista do pedagogo nas escolas públicas do Estado do Paraná abordando a trajetória histórica percorrida por esse profissional até chegar aos dias atuais, passando pela supervisão e orientação educacional. Para tal, pesquisou-se entre estudiosos do tema através de leitura e pesquisa bibliográfica e também fez-se uso de um questionário aplicado entre professores e profissionais pedagogos com perguntas pertinentes ao tema proposto para a pesquisa. Questiona-se porque os pedagogos não conseguem exercer sua função de atender e orientar alunos e corpo docente, possibilitando uma melhor qualidade no processo de ensino aprendizagem e também proporcionando aos professores novas metodologias e leituras que venham a contribuir para o trabalho dos mesmos em sala de aula. Questiona-se também porque o pedagogo é visto pela comunidade escolar em geral e seus profissionais e alunos, como um “multitarefa” ou “faz tudo” dentro das instituições escolares, buscando soluções imediatas para os problemas corriqueiros e deixando assim de promover um trabalho pedagógico que venha ao encontro dos anseios de toda a sociedade para que então possa contribuir para uma melhoria na qualidade da educação de uma forma geral.

Palavras-chave: Pedagogo; Profissional multitarefas; Supervisor; Orientador.

INTRODUÇÃO

O trabalho que vem sendo desenvolvido pelos pedagogos nas escolas públicas do Estado do Paraná torna-se pertinente no contexto que estamos vivenciando nos dias atuais, pois existe, na função desse profissional, um distanciamento entre a teoria que se aprende nas universidades e a orientação que se tem nos editais de concurso, em relação ao trabalho que realmente é desenvolvido no cotidiano das instituições de ensino.

A Constituição Federal de 1988, define que a educação é dever da família e do Estado e visa preparar a pessoa para o exercício da cidadania e para o trabalho (BRASIL/CF1988, 2012)

Segundo a LDB 1996, em seu Título II, Artigo 2º, é função social da escola desenvolver plenamente o educando, reiterando o que a CF define (LDB1996, 2004).

Já a função do pedagogo nas escolas, que se encontra previsto nos editais de concurso específicos, é estudar e se ocupar de organizar e sistematizar os diversos conhecimentos do processo educativo, tendo a responsabilidade de acompanhar todas as questões educacionais visando direcionar e qualificar este processo.

Percebe-se que o trabalho pedagógico é deixado de lado, em detrimento de outros afazeres que muitas vezes não dizem respeito ao pedagogo, porém com essa cultura equivocada criada nas escolas e na comunidade em geral de que esse profissional é o que desenvolve diversas funções, acaba-se por cumprir tarefas que não seriam da competência do mesmo, perdendo sua identidade profissional no cotidiano escolar e gerando, dentro da instituição, diferentes entendimentos acerca de seu papel.

Entende-se também que esse tema se relaciona diretamente à aprendizagem dos alunos, à indisciplina, às relações da escola com as famílias, às relações interpessoais no interior da instituição e ao planejamento, pois todos esses assuntos perpassam pelo dia a dia do pedagogo e em todos eles há influência de um trabalho pedagógico bem realizado. Em outras palavras, quando o pedagogo consegue exercer sua função da melhor maneira, consegue também promover um trabalho

pedagógico que venha ao encontro dos anseios de toda a sociedade e assim, melhorar a educação de uma forma geral.

Para subsidiar este trabalho procurou-se em autores de referência o embasamento teórico bibliográfico necessário, buscando um referencial qualitativo. Para contribuir com a metodologia e trazer uma maior quantidade de dados referenciais, utilizou-se também a metodologia quantitativa, através de questionários destinados a profissionais da área.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para um melhor entendimento do que é ser pedagogo nos dias atuais, nos remeteremos à Grécia antiga, buscando compreender o desenvolvimento dessa ciência que está intimamente ligada à prática educativa. A pedagogia era muito ligada à filosofia e era vista como um meio de formação da criança, de condução do ser humano à vida adulta. Passando por Comenius e Durkheim, a pedagogia sempre foi uma teoria com vários fatores problemáticos, desde o termo “pedagogia” até a real função do que é ser pedagogo, que ainda na antiguidade era o preceptor, o mestre, o guia, ou seja, aquele que conduz o aprendiz (SAVIANI, 2012).

No século XVIII, na França, começaram a surgir instituições com o nome de Escola Normal. Estas instituições tinham duas especificações: a de Superior que era para formar professores em nível de ensino secundário e a Primária que era para formar professores em nível de ensino primário, ou seja, ambas eram encarregadas de formar professores (SAVIANI, 2012).

No Brasil, a educação jesuítica, implantou colégios que recebiam um décimo da receita da coroa portuguesa para sua manutenção. A pedagogia católica obteve grande espaço no país e era chamada de “pedagogia brasílica”, pois tentava se adaptar às condições que eram estabelecidas na colônia e depois, uma outra versão, era o *Ratio Studiorum*, que foi adotado nas escolas jesuíticas do mundo inteiro (SAVIANI, 2008). Nos dois séculos em que os jesuítas estiveram no Brasil, a educação católica foi suprema e teve uma hegemonia indiscutível. Esta fase é conhecida como Período Colonial. O *Ratio Studiorum* se iniciou em 1584 e teve sua versão final em 1599. As ideias pedagógicas que foram expressas nesse documento

correspondem hoje ao que chamamos de pedagogia tradicional, consubstanciam a base da pedagogia tradicional e expressam, segundo Saviani:

[...] uma visão essencialista de homem, isto é, o homem é concebido como constituído por uma essência universal e imutável. À educação cumpre moldar a existência particular e real de cada educando à essência universal e ideal que o define enquanto ser humano (SAVIANI, 2008, p. 58).

Nesse programa já poderia se constatar a função do supervisor educacional que era chamado de prefeito de estudo. Nesse mesmo programa existiam 30 regras para este cargo que estabeleciam suas funções. Segundo Saviani a regra número 1 estabelecia que o prefeito deveria organizar e orientar os estudos dos alunos para que tivessem “progresso na virtude, nas boas letras e na ciência, para a maior glória de Deus” (Saviani, 2008, p. 55). A regra número 5 era mais específica aos professores e determinava que ao prefeito era incumbida a função de lembrar os professores de que eles deveriam explicar bem a matéria até que se esgotassem as possibilidades e que dessem conta de toda a programação estabelecida para aquele período. A de número 17 dizia:

De quando em quando, ao menos uma vez por mês, assista às aulas dos professores; leia também, por vezes, os apontamentos dos alunos. Se observar ou ouvir de outrem alguma coisa que mereça advertência, uma vez averiguada, chame a atenção do professor com delicadeza e afabilidade, e, se for mister, leve tudo ao conhecimento do P. Reitor (FRANCA, 1952, p. 140-141).

Ficava clara então, a ideia do supervisor que se destacava das demais funções e tinha uma tarefa específica, distinta dos professores e do reitor.

Após a inserção do método Joseph Lancaster, utilizado no Brasil no período Imperial, conhecido como Método do Ensino Mútuo, constatou-se a necessidade de se ter uma pessoa específica para realizar a função de supervisão e essa traz consigo uma visão de inspeção, de fiscalização. De 1892 a 1896, começou-se a organização do ensino primário e nessa mesma época houve uma preponderância da burocracia na função do supervisor (SAVIANI, 2008).

O trabalho do docente era atrapalhado e não se desenvolvia e o supervisor, ao invés de auxiliá-lo, acabava por prejudicá-lo. Percebe-se que até hoje o trabalho do pedagogo ainda é bastante burocrático e isso não acrescenta muito à prática pedagógica do dia a dia escolar.

Muitas reformas educacionais ocorreram no Brasil desde então, destacando-se a Reforma Couto Ferraz que tornou obrigatório o ensino primário a todas as crianças acima de sete anos e instituiu o papel do inspetor geral que tinha como atribuição inspecionar as instituições públicas e privadas e enviar relatórios anuais sobre a instrução primária e secundária ao governo. A Reforma Leôncio de Carvalho, que instituiu, por exemplo, os jardins de infância, para crianças de três a sete anos, além de outros benefícios para a rede educacional brasileira (SAVIANI, 2008).

As duas reformas citadas foram de primordial importância para o desenvolvimento da educação brasileira, e levaram ao método conhecido como Método Intuitivo, que foi concebido com a intenção de solucionar os problemas com a ineficácia do ensino, decorrentes das exigências sociais geradas pela revolução industrial e também, devido a isso, com a viabilização da produção de materiais didáticos como suporte físico às escolas (SAVIANI, 2008).

Na época, o Barão de Macahubas (Abílio César Borges) integrou um movimento que difundia materiais pedagógicos inovadores para a época, como peças de mobiliário escolar, quadros negros, objetos de madeira, caixas de cores, etc. Esse médico formado contribuiu de diversas formas para o desenvolvimento educacional brasileiro, fundando uma escola e participando efetivamente da política nacional de educação. O método intuitivo manteve-se como referência durante toda Primeira República, até que na década de 1920 teve início o movimento da Escola Nova (SAVIANI, 2008).

A função de Orientador Educacional surgiu na década de 1930 e visava o aconselhamento de jovens para a escolha da vida profissional. O início desse trabalho se deu nos Estados Unidos e quando chegou ao Brasil, encontrou um país que estava vivenciando uma época de insatisfação em relação à política econômica que se desenvolvia. Essa função foi levada para dentro das escolas como orientação vocacional, porém este termo tem origem ainda mais antiga, levando em conta que conselheiros ou orientadores sempre existiram na sociedade tendo a função de ajudar as pessoas a tomarem suas próprias decisões, a acharem seu “dom” (SAVIANI, 2008).

Em 1924, em São Paulo, no Liceu de Artes e Ofício, a orientação profissional foi instalada e seu foco principal era a orientação vocacional, que selecionava alunos

com testes de aptidão e desempenho e de acordo com seus dons, para que pudessem optar por ocupações de trabalho ou cursos universitários. Para Ferretti:

[...] os orientadores profissionais inicialmente deveriam [...] descobrir essas características inatas, e relacioná-las com o mundo do trabalho e a livremente optarem pelas atividades ocupacionais onde passam a realizar-se com outras pessoas (pelo exercício de suas aptidões, de acordo com seus interesses e características de personalidade e como cidadão) (FERRETTI, 1997, p.34).

Conforme se passaram os anos, o trabalho do orientador educacional passou a ser incentivado pelo governo e as vagas foram expandidas com vários cursos e simpósios na área (FERRETTI, 1997). A Lei 5.564/68 regulamentou a Orientação Educacional, porém não especificou ao certo a função desse profissional dentro das escolas. Com a LDB 5692/71, o cargo se tornou obrigatório em todas as instituições de ensino e complementou-se qual a função que este profissional exerceria. A ênfase era no caráter psicológico, com uma visão individualista e aconselhamento vocacional.

A partir de 1970, segundo Saviani (2012), a pedagogia assume uma “autonomia científica” e começa a ser reconhecida como “uma das ciências práticas mais ricas em tradição” (SAVIANI, 2012, p. 3).

Neste período o papel da pedagogia era “oferecer modelos formais sobre o problema da formação do indivíduo racionalmente justificáveis e logicamente defensáveis” (GENOVESI, *apud* SAVIANI 2012, p. 3).

Desde a década de 1980, tanto os supervisores, quanto os orientadores educacionais, passaram a questionar suas funções e sua prática pedagógica, pois até então se pensava que esses haviam surgido com um pensamento ideológico de que deveriam mudar a realidade da educação brasileira, porém, percebeu-se que eles acabaram fazendo um trabalho de manutenção das classes sociais já predominantes.

Com a criação da LDB 9394/96, o curso de pedagogia e a função do pedagogo passaram a ser questionados e a ideia de que o curso seria extinto gerou uma desconfiança geral. Em meio a este contexto histórico surgem discussões e inicia-se um debate acerca da organização de diretrizes para o curso de pedagogia e evidencia-se a posição da Associação Nacional pela Formação de Profissionais da

Educação - ANFOPE - que traz o pedagogo como um profissional da área da educação básica e enfatiza a docência como base do curso. Segundo Libâneo:

A ANFOPE lidera há quase 20 anos, o movimento de reformulação dos cursos de formação de profissionais da educação. Trata-se de uma entidade de bastante tradição, que formou um lastro considerável de lutas pelos seus objetivos, e que defende um curso de Pedagogia baseado na formação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental. (LIBÂNEO, 2010, p. 10).

Segundo o mesmo autor as modificações que houve no curso comprometeram alguns aspectos positivos, pois ao colocarem disciplinas ligadas à formação de professores das séries iniciais, excluíram-se outras diretamente ligadas aos fundamentos da educação, ao currículo, à avaliação e às teorias da educação. Ainda continua:

A questão-chave é que a identificação dos estudos sistemáticos de pedagogia com o curso de licenciatura para a formação de professores para as séries iniciais, a supressão em alguns lugares da formação de especialistas (ou do pedagogo não diretamente docente), a redução da formação do pedagogo à docência, o esvaziamento da teoria pedagógica, acabaram por descaracterizar o campo teórico-investigativo da Pedagogia e das demais ciências da educação, retirando da universidade os estudos sistemáticos do campo científico da educação e a possibilidade de formar o pedagogo para as pesquisas específicas na área e exercício profissional (LIBÂNEO, 2010, p. 11).

Percebe-se então que ao centralizar a docência como base no curso de Pedagogia, o pedagogo sofre um esvaziamento de sua identidade, já que isso impede o seu desempenho na base teórica e no desenvolvimento de sua função.

As Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Pedagogia afirmou a decisão da ANFOPE ao colocar em seu artigo 4º:

O curso de licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. (ANFOPE, 2006, p. 02).

De acordo com este artigo, além da sala de aula, a formação do pedagogo permeia outras áreas como a organização e gestão do trabalho escolar, assim como também a gestão dos recursos financeiros em alguns casos.

Na resolução que institui as Diretrizes para o Curso de Graduação em Pedagogia, CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006, há alguns conceitos como o de docência, de gestão e conhecimento, que serão utilizados na formação do pedagogo e na sua identidade profissional.

O estudo das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia permitiu a identificação de três conceitos fundamentais para a compreensão do curso: docência, gestão e conhecimento. Tomados de um ponto de vista formal, encontram-se imbricados e, em tese, concretizam a identidade do “pedagogo”. Entre eles há uma hierarquia na qual a docência é hegemônica, seguindo-se o conceito de gestão e finalmente o de conhecimento. (VIEIRA, 2011, p. 131)

Ao referir-se à docência, Libâneo (2006) analisa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia e constata que esse é denominado unicamente de licenciatura e que também é oportuno verificar que na mesma diretriz há imprecisões legais. O curso de Pedagogia forma professores de diferentes níveis e modalidades, porém é possível se entender que cada uma destas modalidades poderiam ser áreas de atuação, ou seja, habilitações.

Segundo Libâneo (2006),

De início, há uma definição explícita de que o objeto da regulamentação é um curso de licenciatura. Portanto um curso que se situa na mesma categoria dos demais cursos de licenciatura da educação básica, deixando suposto que pode existir um curso de bacharelado em pedagogia, considerando-se a lógica da organização de cursos da universidade brasileira. Mas logo surgem as imprecisões normativas. Por um lado, estabelece-se que a licenciatura em pedagogia se destina a formar professores para a educação infantil, anos iniciais, cursos normais de nível médio, cursos de educação profissional na área de serviços e apoio escolar, portanto uma licenciatura única para as modalidades de ensino mencionadas. Por outro lado, fica implícito em outros artigos que cada uma dessas modalidades seria uma “área de atuação profissional” (leia-se habilitação), conforme artigo 6º, alínea II e artigo 12. Está evidente, também, a incongruência na denominação de “licenciatura em pedagogia” e não licenciatura em educação infantil e anos iniciais. (LIBÂNEO, 2006, p. 845)

No estado do Paraná, a partir do ano de 2004, a Lei complementar nº 103 alterou o plano de carreira do docente estabelecendo que: “[...] o Estado entende como professor, nessa Lei em seu Cap. II, Art. 4º, V, [...] todo servidor público que exerce a docência, suporte pedagógico, direção, coordenação, assessoramento, supervisão e orientação [...]” (Lei Complementar Nº 103).

Observa-se que essa lei, específica do Estado do Paraná, também está de acordo com a proposta da ANFOPE, que diz que a base da identidade do pedagogo é a docência.

Quanto ao ingresso do pedagogo na Rede Estadual de Educação, de acordo com a mesma lei citada acima, se dará por meio de concurso público, conforme o artigo 5º, § 4º: “para o exercício do cargo de professor nas atividades de coordenação, administração escolar, planejamento, supervisão e orientação educacional é exigida graduação em Pedagogia”.

De acordo com essa mesma lei os cargos de Orientação Educacional e Supervisão Escolar foram extintos e transformados em um cargo específico de Professor Pedagogo.

Em dezembro de 2004, no estado do Paraná, foi realizado o primeiro concurso para Pedagogos e suas funções foram atribuídas no edital de nº 37/2004 do referido concurso. Percebe-se que a docência foi o suporte principal em relação às especificações do cargo, visto que a palavra professor antecede a de pedagogo. Torna-se relevante a especificação geral do cargo descrito no edital e que atribuía as funções que o profissional deveria realizar nos estabelecimentos de ensino:

Coordenar a elaboração coletiva e acompanhar a efetivação do projeto político-pedagógico e do plano de ação da escola; coordenar a construção coletiva e a efetivação da proposta curricular da escola, a partir das políticas educacionais da SEED/PR e das Diretrizes Curriculares Nacionais do CNE. (PARANÁ, edital de nº 37/2004).

A aplicação dos projetos, propostas curriculares e planos de ação ficam evidentes nesta parte do edital. A função do profissional pedagogo é específica neste sentido e o edital deixa isso muito claro.

[...] promover e coordenar reuniões pedagógicas e grupos de estudo para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico e para a elaboração de propostas de intervenção na realidade da escola; participar e intervir, junto à direção, da organização do trabalho pedagógico escolar no sentido de realizar a função social e a especificidade da educação escolar; participar da elaboração do projeto de formação continuada de todos os profissionais da escola, tendo como finalidade a realização e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar; analisar os projetos de natureza pedagógica a serem implantados na escola. (PARANÁ, edital de nº 37/2004).

O auxílio do pedagogo ao professor e demais profissionais que atuam na escola, contribuindo para sua formação continuada, na escolha de temas pertinentes

e organizando momentos para que isto ocorra também faz parte do papel desse profissional. Ampliar os conhecimentos e capacitar os profissionais das instituições de ensino visa um melhoramento nas condições da educação e o pedagogo é parte fundamental neste processo. Segundo Libâneo (2010), a ação deste profissional é indispensável no auxílio aos professores e ao aperfeiçoamento de sua atuação na sala de aula, no exame e apreensão das condições de ensino com base nos conhecimentos teóricos. Portanto, na concepção do autor, é o professor pedagogo que auxilia e articula o conhecimento pedagógico com a prática em sala de aula.

[...] coordenar a organização do espaço-tempo escolar a partir do projeto político-pedagógico e da proposta curricular da escola, intervindo na elaboração do calendário letivo, na formação de turmas, na definição e distribuição do horário semanal das aulas e disciplinas, do “recreio”, da hora-atividade e de outras atividades que interfiram diretamente na realização do trabalho pedagógico; coordenar, junto à direção, o processo de distribuição de aulas e disciplinas a partir de critérios legais, pedagógico-didáticos e da proposta pedagógica da escola; responsabilizar-se pelo trabalho pedagógico-didático desenvolvido na escola pelo coletivo dos profissionais que nela atuam; implantar mecanismos de acompanhamento e avaliação do trabalho pedagógico escolar pela comunidade interna e externa; apresentar propostas, alternativas, sugestões e/ou críticas que promovam o desenvolvimento e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar, conforme o projeto político-pedagógico, a proposta curricular e o plano de ação da escola e as políticas educacionais da SEED. (PARANÁ, edital de nº 37/2004).

O trabalho gerado pela organização funcional da escola, como demonstra o edital, demanda um tempo que muitas vezes o pedagogo não dispõe, justamente por ter que exercer funções que não lhe são específicas. O edital deixa bem claro que a função do professor pedagogo é específica e deveria ser desenvolvida nas escolas de forma a ampliar e melhorar o trabalho dos profissionais que nela atuam. Libâneo, (2010), citando Pimenta, afirma que a escola demanda concurso para vários profissionais de diferentes especialidades, pois seria tolo pensar que o professor de sala de aula devesse suprir todas as funções que estão fora da sala de aula, e vice-versa.

[...] coordenar a elaboração de critérios para aquisição, empréstimo e seleção de materiais, equipamentos e/ou livros de uso didático-pedagógico, a partir da proposta curricular e do projeto político-pedagógico da escola; participar da organização pedagógica da biblioteca da escola, assim como do processo de aquisição de livros e periódicos; orientar o processo de elaboração dos planejamentos de ensino junto ao coletivo de professores da escola; subsidiar o aprimoramento teórico-metodológico do coletivo de professores da escola, promovendo estudos sistemáticos, trocas de

experiência, debates e oficinas pedagógicas; elaborar o projeto de formação continuada do coletivo de professores e promover ações para sua efetivação; organizar a hora-atividade do coletivo de professores da escola, de maneira a garantir que esse espaço-tempo seja de reflexão-ação sobre o processo pedagógico desenvolvido em sala de aula; atuar, junto ao coletivo de professores, na elaboração de projetos de recuperação de estudos a partir das necessidades de aprendizagem identificadas em sala de aula, de modo a garantir as condições básicas para que o processo de socialização do conhecimento científico e de construção do saber realmente se efetive; organizar a realização dos conselhos de classe, de forma a garantir um processo coletivo de reflexão-ação sobre o trabalho pedagógico desenvolvido pela escola e em sala de aula, além de coordenar a elaboração de propostas de intervenção decorrentes desse processo. (PARANÁ, edital de nº 37/2004).

Novamente o edital deixa claro que a intervenção do pedagogo junto aos professores e demais profissionais que atuam na escola é seu papel primordial. Para Libâneo (2010), o professor deve ser um profissional competente, habilitado e com capacidade para pensar, planejar e executar o seu trabalho, não apenas executando o que outros concebem. Porém, a formação desse profissional deixa a desejar, sendo que o autor acredita que deveriam ser mais amplos na área de Sociologia, Psicologia e organização escolar. É neste contexto que entra o professor pedagogo, para auxiliar na melhoria da qualidade dos profissionais que atuam na escola.

[...] informar ao coletivo da comunidade escolar os dados do aproveitamento escolar, de forma a promover o processo de reflexão-ação sobre os mesmos para garantir a aprendizagem de todos os alunos; coordenar o processo coletivo de elaboração e aprimoramento do Regimento Escolar da escola, garantindo a participação democrática de toda a comunidade escolar; orientar a comunidade escolar a interferir na construção de um processo pedagógico numa perspectiva transformadora; desenvolver projetos que promovam a interação escola-comunidade, de forma a ampliar os espaços de participação, de democratização das relações, de acesso ao saber e de melhoria das condições de vida da população; participar do Conselho Escolar subsidiando teórica e metodologicamente as discussões e reflexões acerca da organização e efetivação do trabalho pedagógico escolar; propiciar o desenvolvimento da representatividade dos alunos e sua participação nos diversos momentos e órgãos colegiados da escola; promover a construção de estratégias pedagógicas de superação de todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão social e de ampliação do compromisso ético-político com todas as categorias e classes sociais; observar os preceitos constitucionais, a legislação educacional em vigor e o Estatuto da Criança e do Adolescente, como fundamentos da prática educativa. (PARANÁ, edital de nº 37/2004).

Nesse edital as funções descritas foram bem especificadas e detalhadas, embasando o candidato em suas reais funções dentro do ambiente escolar. Em

2007, outro concurso foi realizado pelo Estado do Paraná, e estabelecia as mesmas condições para o candidato.

Já no ano de 2013, houve outro concurso público para provimento no cargo de Professor nas disciplinas da matriz curricular e para o cargo de pedagogo, do Quadro Próprio do Magistério – QPM, da Secretaria de Estado da Educação – SEED do Estado do Paraná, onde se estabelecia a descrição para o cargo de pedagogo:

Atividades de Suporte Pedagógico direto à docência na Educação Básica, voltadas para planejamento, administração, supervisão e orientação educacional, incluindo, entre outras, as seguintes atribuições: coordenar a elaboração e execução da proposta pedagógica da escola; administrar o pessoal e os recursos materiais e financeiros da escola, tendo em vista o atingimento de seus objetivos pedagógicos; assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas; zelar pelo cumprimento do plano de trabalho dos docentes; prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; promover a articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; informar os pais ou responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; coordenar, no âmbito da escola, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional; acompanhar e orientar o processo de desenvolvimento dos estudantes, em colaboração com os docentes e as famílias; elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento do sistema ou rede de ensino ou da escola; elaborar, implementar, acompanhar e avaliar planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do sistema e/ou rede de ensino e da escola, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais; acompanhar e supervisionar o funcionamento das escolas, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade de ensino. (PARANÁ, edital de nº 017/2013).

Já nesse edital a palavra supervisão e orientação aparecem novamente como função do pedagogo, assim como também é possível contemplar a gestão e a docência bem especificadas. É interessante lembrar também que este edital estava em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia.

Mesmo com todas as dificuldades encontradas por estes profissionais para a realização de seu trabalho diário nas escolas, é nítida a sua importância dentro das instituições de ensino em que fazem parte.

No Núcleo Regional de Educação de Cascavel, dentre as 41 escolas estaduais que o compõem, há aproximadamente 213 cargos de pedagogo com carga horária de 20 e de 40 horas semanais (PORTAL SEED - DIA A DIA

EDUCAÇÃO). Este número é aproximado, pois não conseguimos uma apuração exata sobre este assunto.

Durante o trabalho de produção do artigo, também foram entrevistados alguns professores e pedagogos, que expuseram suas opiniões sobre a função deste profissional dentro das escolas. Quando questionados sobre sua valorização dentro das instituições, todos foram unânimes em dizer que a escola não dá a devida importância e que os sobrecarrega com a atribuição de funções extras, geralmente relacionadas à disciplina e violência.

Sabe-se que a indisciplina é uma das maiores causas do desvio da função do pedagogo, pois, segundo Golba e Oliveira (2006) trata-se de um desafio diário, pois os profissionais precisam refletir, propor e repensar as estratégias da ação pedagógica diariamente. Muitas podem ser as causas dessa indisciplina, mas recai sobre o pedagogo a responsabilidade de resolver e até mesmo superar a indisciplina enquanto fenômeno de aprendizagem.

Os entrevistados também citaram que o trabalho de orientação a professores e alunos, muitas vezes é deixado de lado para “cobrir” a falta dos mesmos, que por terem de assumir muitas escolas, acabam por adoecer, deixando de honrar alguns de seus compromissos. Camana (*apud* SILVA, 2014) defende que o sofrimento do professor é um fato social importante, pois além de afetar um número significativo de pessoas, traz consequências como: absenteísmo, diminuição da qualidade pedagógica do trabalho docente e sofrimento humano. É neste contexto que o professor pedagogo necessita substituir o profissional doente, deixando assim de realizar seu trabalho.

Quando questionados sobre como o pedagogo poderia contribuir para a melhoria de seu trabalho os professores responderam que o atendimento individualizado aos alunos e ao corpo docente deveria ser priorizado, com indicações de leitura e metodologias que venham a auxiliar esses profissionais em sala de aula.

Os autores pesquisados deixam claro o papel do pedagogo nas escolas públicas brasileiras. Em diversos momentos durante as pesquisas pode-se perceber que sua real função deixa de ser praticada devido a diversos fatores. Mas, ao responder às questões, os entrevistados reafirmam o desvio de função e a

desvalorização deste profissional que deveria contribuir mais para o crescimento e o desenvolvimento da prática pedagógica diária no âmbito escolar.

Já quando os entrevistados eram pedagogos, eles disseram que, além dos problemas diários que já foram citados, gostariam também de que houvesse mais profissionais da área nas escolas e que não existisse tanta rotatividade, pois isso afeta diretamente o trabalho pedagógico, já que não há uma continuação no decorrer dos anos que passam.

Na informalidade, através de conversas com outros profissionais da escola, constatou-se que não apenas os professores sentem que as responsabilidades do pedagogo estão sendo desviadas de seu verdadeiro foco, pois os outros colaboradores muitas vezes não compreendem que o pedagogo não é responsável pela correção da indisciplina dos alunos ou de outras funções, como substituir professores ausentes ou colaborar com a limpeza e a cozinha, por exemplo. Esta visão de que o pedagogo está presente na escola para fazer de tudo um pouco, pode ser considerada de forma generalizada, pois é a quem se recorre em quase todos os momentos, pela maioria deles.

A pesquisa demonstrou que todos os entrevistados compartilham da opinião de que o trabalho do pedagogo poderia ser mais eficiente se não houvesse tantos problemas no ambiente escolar a serem solucionados e se houvesse mais informação sobre sua real função, desmistificando a presença do pedagogo na escola como um profissional “multitarefas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que as funções do pedagogo dentro das instituições escolares são muitas, porém, no dia a dia, esse profissional acaba fazendo outras inúmeras atividades, como descrito no corpo do texto, para tentar solucionar as adversidades do momento, tornando-se assim um profissional “faz tudo” e, em consequência, deixando de fazer suas funções descritas no edital do concurso.

É evidente que a comunidade escolar, junto com seus profissionais e alunos, já tem incorporado uma cultura equivocada em relação às atividades do pedagogo, em função de uma concepção histórica, política e econômica infundada.

É preciso que o pedagogo esteja consciente de sua ocupação e que a exerça de maneira crítica, desenvolvendo um trabalho de intervenção pedagógica com os docentes, refletindo sobre suas ações, sobre o currículo e também realizando mediações junto à comunidade, propondo assim uma atividade coletiva que vise o melhor desenvolvimento do trabalho escolar durante o ano letivo.

Porém, para que isso ocorra, é necessário que este profissional seja valorizado dentro das instituições em que atua, que saiba e exija seus direitos e deveres, para que seu trabalho possa ser feito de acordo com suas capacidades e que continue sua formação sempre buscando novos conhecimentos para auxiliá-lo em sua prática cotidiana. O pedagogo não pode se acomodar e aceitar este conceito de “faz tudo” dentro das instituições de ensino. Muitos profissionais não conhecem sua real função dentro das escolas e acabam se acomodando e aceitando o desvio de suas atividades como normal.

O que não se pode é justamente isso, acomodar-se e deixar o tempo passar. Quem perde com isso é a educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. PARECER CNE/CP 01/2006, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em pedagogia, licenciatura. **Brasília: Ministério da educação/ Conselho Nacional de Educação**, 2009. DCN da Pedagogia (MEC). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 18 maio 2016.

_____. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf >. Acesso em: 18. Mai. 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/15261/constituicao_federal_35ed.pdf?sequence=9>. Acessado em: 06. Ago. 2016.

FERRETI, Celso João. **Uma Nova Proposta de Orientação Profissional**. São Paulo: Cortez, 1997.

FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

GOLBA, Mônica Aparecida de Macedo; OLIVEIRA, Rosimary Lima Guilherme de. **A indisciplina na escola e o papel da supervisão escolar**. UNIVALE. 2006. Disponível em: < www.sieduca.com.br/2006/admin/upload/48.doc>. Acessado em: 07. Ago. 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos para quê?** São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Diretrizes Curriculares da Pedagogia: Imprecisões Teóricas e Concepção Estreita da Formação Profissional de Educadores. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 843-876, out. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a11v2796.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2016.

PARANÁ. **Lei complementar 103/2004**. Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=7470&codItemAto=63745>>. Acessado em: 27. Mai. 2016.

_____. Secretaria de Estado da Administração e da Previdência Departamento de Recursos Humanos. **Editais nº 017/2013**. Disponível em: <http://www.pucpr.br/arquivosUpload/5373290551361651363.pdf>>. Acesso em 28 maio de 2016.

_____. Secretaria de Estado da Administração e da Previdência Departamento de Recursos Humanos. **Editais nº 37/2004**. Disponível em: http://www.cpos.uel.br/concursos/seap_2004/Editais_037_2004.pdf>. Acesso em 28 maio de 2016.

PIRES, Ivanise Vitorino da Silva; BASTOS, Carmem Célia B. C. **A função do professor pedagogo no cotidiano da escola pública: uma compreensão possível?** Curitiba, 2007.

SANTOS, Araceli Vieira dos. **Aproximações e distanciamentos entre as políticas de formação do pedagogo e sua práxis no cotidiano da escola na rede estadual do Paraná**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

_____. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SILVA, Carmen Silvia Bissoli. **Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia no Brasil: um tema vulnerável às investidas ideológicas**. Disponível em: <www.anped11.uerj.br/24/Silva.doc>. Acessado em: 28. Mai. 2016.

SILVA, Maurina Passos Goulart Oliveira da. **A silenciosa doença do professor: burnout, ou o mal estar docente**. 2014. Disponível em: <<http://www.unaerp.br/revista-cientifica-integrada/edicoes-anteriores/edicao-n-2-2014-1/1464-161-454-1-sm/file>>. Acessado em: 06. Ago. 2016.

VIEIRA, Suzane da Rocha. Docência, Gestão e Conhecimento: conceitos articuladores do novo perfil do pedagogo instituído pela resolução CNE/CP n. 01/2006. Campinas: **Revista HISTEDBR** On line, 2011. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/44/art09_44.pdf>. Acessado em: Mai. 2016.